

# JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano II - Nº 337 - Brasília, quarta-feira, 23 de outubro de 1996

## Ademir contra uso de Forças Armadas em Serra Pelada

Senador alerta para inconveniência de o governo utilizar Forças Armadas para desalojar garimpeiros. Página 5



Lúcio Alcântara



Fernando Bezerra

# Senado aprova a criação da CPMF

*Tributo será de 0,2 por cento sobre depósitos bancários, mas ficam de fora, entre outros, salários de até três mínimos, benefícios da Previdência e pensões de até 10 mínimos*

## Contrato "de gaveta" pode ser regularizado

A transferência de imóveis financiados pelo SFH poderá ser feita nas mesmas condições do contrato dos mutuários originais, segundo substitutivo a projeto do senador Júlio Campos aprovado ontem. A proposta, que será agora analisada pela Câmara dos Deputados, visa a regularizar a situação dos chamados contratos "de gaveta". Página 3

O plenário do Senado aprovou na tarde de ontem o projeto que institui a cobrança da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), destinada à suplementação de recursos para o Sistema Único de Saúde. O tributo será de 0,2% e incidirá sobre todos os depósitos bancários, exceto saques de FGTS e de seguro-desemprego. O projeto, que vai agora à sanção, foi enviado pelo Executivo após o Congresso ter aprovado emenda constitucional autorizando o governo a propor a criação do imposto.

Os contribuintes que recebem até três salários míni-

mos, os benefícios da Previdência Social, os proventos e pensões até 10 salários mínimos e os depósitos de poupança com mais de 90 dias serão resguardados do ônus do "imposto do cheque" mediante reposição no exato valor cobrado. Conforme estimativa do Ministério da Fazenda, o novo tributo deverá totalizar cerca de R\$ 400 milhões mensais.

O projeto foi relatado favoravelmente pelo senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) e aprovado em votação simbólica, com declaração de voto contrário do senador Fernando Bezerra (PMDB-RN). A partir da publicação

da lei e decorridos noventa dias, durante 13 meses o governo poderá cobrar o imposto. Ou seja, se o Presidente sancionar a lei em 31 de outubro, a cobrança será iniciada em 1º de fevereiro.

A administração da CPMF ficará a cargo da Secretaria da Receita Federal (SRF), à qual as instituições financeiras deverão prestar as informações necessárias à identificação dos contribuintes e os valores globais das operações feitas. As informações serão mantidas em sigilo pela Receita, que ficará proibida de utilizá-las para a cobrança de outros tributos.

## Suassuna quer renegociar dívida estadual

*E Waldeck Ornelas defende política que reduza as desigualdades regionais. Página 7*

# Simon questiona informação sobre ações da Escelsa

*Depreciação no valor das ações em poder da Eletrobrás, atribuída a "erro datilográfico", leva senador a cobrar esclarecimentos de ministros do Planejamento e de Minas e Energia*

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) encaminhou requerimento de informações dirigido aos ministros de Minas e Energia e do Planejamento para obter esclarecimentos sobre as razões que teriam levado o BNDES a depreciar as ações da Escelsa (Empresa de Eletricidade do Espírito Santo) em poder da Eletrobrás. O senador duvida que o fato se deva, como foi alegado, a "erro datilográfico".

Simon disse que teve a atenção despertada para o assunto por matéria publicada em *O Globo* e assinada por Ricardo Boechat. Nela, o jornalista, segundo Simon, denuncia que o BNDES - no documento "Notas sobre a alienação de ações de emissão da Escelsa" - atribuiu o valor de R\$ 71,00 a cada ação pertencente à Eletrobrás, preço que corresponde à metade do estabelecido como mínimo no leilão de privatização da estatal capixaba, em 1995.

- Ao invés de o BNDES justificar os termos de tal documento, fez surgir um outro, com data anterior à divulga-



Pedro Simon

ção do primeiro, alterando o preço mínimo para R\$ 127,00 - afirmou o senador, lembrando que, se a Eletrobrás viesse a vender as ações nas condições inicialmente anunciadas pelo BNDES, arcaria com prejuízo de R\$ 84 milhões.

Pedro Simon disse ter encaminhado, também, requerimento para que o Tribunal de Contas da União seja acionado no sentido de promover uma inspeção operacional e patrimonial no BNDES "para que a verdade seja descontaminada de versões fantasiosas".

## Júnia diz que estabilidade não pode ser moeda de troca

A senadora Júnia Marise (PDT-MG) protestou ontem contra os meios que o Poder Executivo pretende utilizar para garantir a aprovação da quebra da estabilidade do funcionalismo público. Ela disse que, conforme noticiou o jornal *Folha de S. Paulo*, o Executivo estaria negociando uma regra especial na reforma administrativa, pela qual parlamentares e ocupantes de cargos de primeiro escalão poderiam ultrapassar o teto salarial dos servidores públicos, fixado em R\$ 10,8 mil.

- Não é possível que deputados e senadores façam concessões desse tipo - advertiu.

Para Júnia Marise, se o governo está de fato negociando semelhante proposta, é porque sabe que a que-



Júnia Marise

bra da estabilidade do servidor público não tem amparo algum na sociedade brasileira. Os parlamentares, a seu ver, ficarão numa situação muito difícil diante da opinião pública e do funcionalismo, principalmente porque a estabilidade estaria servindo de moeda de troca para aumento salarial.

## Agenda do Dia

### PLENÁRIO

#### 14h30 - Sessão deliberativa do Senado

**Pauta:** Discussão em turno único dos \*PDL nº 65/96, que aprova o texto do Acordo sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por parte de dependentes do pessoal diplomático, consular, administrativo e técnico, celebrado entre o governo do Brasil e o governo da República Dominicana; nº 67/96, que aprova o texto do Acordo sobre Cooperação no Setor de Turismo celebrado entre o governo do Brasil e o governo da República da Turquia; nº 69/96, que aprova o texto do Acordo de Cooperação entre o governo da República da Namíbia e o governo do Brasil; nº 70/96, que aprova o texto do Acordo de Transporte Rodoviário Internacional de Passageiros e Cargas, celebrado entre o governo do Brasil e o governo da Venezuela; e nº 75/96, que aprova o texto do Tratado sobre as Relações de Amizade e Cooperação, celebrado entre o governo do Brasil e o governo da Ucrânia; PR nº 51/96, que institui o Prêmio Nacional de Educação Darcy Ribeiro; e 3 Requerimentos.

#### 19h - Sessão Conjunta do Congresso Nacional

**Pauta:** Apreciação de projetos de lei autorizando créditos suplementares.

### COMISSÕES

#### 10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

**Pauta:** Apreciação de diversas matérias, destacando-se: \*PEC nº 41/95, que revoga o § 3º do art. 192 da Constituição, que limita as taxas de juros reais em 12% ao ano; \*PEC nº 53/95, que acrescenta parágrafos ao art.

14 da Constituição, dispondo sobre a ação de impugnação de mandato eletivo; \*PEC nº 44/95, que altera os arts. 153 e 156 da Constituição, no que diz respeito ao Imposto sobre Propriedade Territorial Rural; \*PEC nº 47/95, que institui a Justiça Agrária; \*PEC nº 12/91, que cria o Conselho Nacional de Justiça; \*PLS nº 27/96, não terminativo, que cria o Programa de Incentivos a Energias Renováveis (Pier); \*PLC nº 80/93, que obriga o poder público a publicar a lista dos devedores da Fazenda Pública federal, estadual e municipal; \*PLC nº 10/96, que define os crimes de especial gravidade e altera dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848/40 - Código Penal; \*PR nº 118/95, que cria o Conselho Editorial do Senado Federal; \*PDL nº 45/95, que susta o Decreto nº 1.480/95 que dispõe sobre os procedimentos a serem adotados em casos de paralisações dos serviços públicos federais. **Matérias terminativas:** \*PLS nº 53/95, que dispõe sobre a variação entre as remunerações mínima e máxima na administração federal; \*PLS nº 84/95, que altera o art. 118 da Lei nº 5.682/71 (Lei Orgânica dos Partidos Políticos); \*PLS nº 07/96, que dispõe sobre o sistema de proteção aos credores e devedores; e \*PLS nº 13/95, que dispõe sobre a instituição de cota mínima de 20% das vagas das instituições públicas de ensino superior para alunos carentes.

#### 11h - Comissão Especial do Nordeste

**Pauta:** Reunião de trabalho. Sala 13 - Ala Senador Alexandre Costa

#### 17h - Comissão Mista da Medida Provisória nº 1.515-2/96, que cria mecanismos de fomento à atividade audiovisual

**Pauta:** Reunião de instalação e eleição do presidente e do vice-presidente e designação do relator. Sala 04 - Ala Senador Nilo Coelho.

# Regularização dos contratos "de gaveta"

*Senado aprova substitutivo ao projeto de Júlio Campos que permite a transferência de imóveis financiados pelo SFH nas mesmas condições do contrato original*

O plenário do Senado aprovou ontem substitutivo ao projeto de lei de autoria do senador Júlio Campos (PFL-MT) que permite a transferência de imóveis financiados pelo Sistema Financeiro da Habitação (SFH) nas mesmas condições e encargos do contrato feito pelos mutuários originais. A decisão será submetida agora ao exame da Câmara dos Deputados.

O objetivo do senador Júlio Campos foi o de regularizar a situação dos chamados contratos "de gaveta", realizados à margem do SFH "por temor ao recálculo das prestações". Em seu parecer favorável, dado no plenário em substituição à Comissão de Assuntos Sociais, o senador Valmir Campelo (PTB-DF) destacou que, em recente medida provisória, o próprio Executivo já reconheceu a necessidade de dar uma solução aos contratos de gaveta.

O plenário do Senado aprovou também substitutivo a um projeto de autoria do senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) estabelecendo que os Títulos da Dívida Agrária (TDAs) poderão, quando vencidos, ser utilizados para o pagamento integral de tributos e contribuições devidos à União. O substitutivo estará aberto a emendas durante cinco sessões.

Também foram aprovados, em turno suplementar de votação, projetos de lei que autorizam o Executivo a criar a Escola Agrotécnica Federal de Tocantinópolis (TO), de iniciativa do senador José Bonifácio (PPB-TO), e a de Caracaraí, em Roraima, de autoria do senador Romero Jucá (PFL-RR). Os dois projetos dependem ainda de apreciação na Câmara dos Deputados.



Jonas Pinheiro



José Bonifácio



Romero Jucá

## Conclusão de hidrelétrica será votada amanhã

Por 36 votos a favor e seis contra, o plenário do Senado aprovou ontem requerimento de urgência para votar amanhã decreto legislativo que autoriza a concessionária Furnas Centrais Elétricas a concluir a usina hidrelétrica de Serra da Mesa, entre Goiás e Tocantins. A urgência foi pedida pelos senadores Jäder Barbalho (PMDB-PA), Edison Lobão (PFL-MA) e Sérgio Machado (PSDB-CE).

Alegando que a hidrelétrica formará um lago de 1.800 quilômetros quadrados (o segundo maior do mundo) nas terras do povo indígena Ava-Canoeiro, o PT e o PSB obstruíram a sessão e sustentaram que a sobrevivência desse grupo estará em risco com a inundação. A obra de Serra da Mesa está cancelada por determinação da Justiça Federal em Tocantins, que exigiu para seu prosseguimento a autorização do Congresso Nacional e um estudo sobre o impacto ambiental da hidrelétrica.

- Achamos prudente que a matéria seja debatida com o



Jäder Barbalho

devido cuidado - argumentou a senadora Marina Silva (PT-AC), contrária à usina. O senador Iris Rezende (PMDB-GO) alegou que o cancelamento da obra resultou de excesso de zelo do juiz e disse que a energia de Serra da Mesa é da maior importância para o desenvolvimento do País. Ele também argumentou que, sem essa hidrelétrica, o Brasil corre o risco de, num futuro próximo, vir a racionar energia. O senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) disse que Serra da Mesa é fundamental para o sistema elétrico do Centro-Oeste.

**Atenção, usuários de antena parabólica, repetidoras e operadoras de TV a cabo**

*Informações para recepção do sinal da TV Senado*

**Satélite - B1**  
**Transponder - 1 BE** (Banda Estendida), **Polarização: Vertical**  
**Frequência TX (Banda - C)** - 5869,40 Mhz  
**Frequência RX (Banda - C)** - 3644,40 Mhz  
**Frequência RX (Banda -L)** - 1505,60 Mhz  
**Antena - 3,6 m**  
**LNB - Temperatura 25 k** (Amplificador de Baixo Ruído)  
**Receptor de Vídeo/Audio Digital**  
**NTSC Spectrum Saver - Modelo: N6S**  
**Integrated Receiver/Decoder (IRD)**  
**Fabricante: CLI** (Compressed Digital Video)  
**Fornecedor: COMSAT - Fone (019) 772-9600**  
**Obs.:** Fixar o *Data Rates* em 6,6 Mb/s.

# Odacir confirma alterações na MP do desmatamento

*Prosseguem com o presidente do Ibama os entendimentos que propiciarão tratamento diferenciado para pequenos agricultores de áreas da Amazônia já zoneadas*



Emília Fernandes

## Emília tem opções para acabar com trabalho infantil

"Não basta proibir o trabalho infantil", alertou ontem a senadora Emília Fernandes (PTB-RS), para quem é necessário criar alternativas de renda e de trabalho para as famílias carentes, a fim de que os seus filhos possam se dedicar aos estudos. Segundo a senadora, "apesar dos avanços conquistados pela sociedade, o problema do trabalho infantil ainda persiste em várias regiões e setores produtivos".

Como exemplo de alternativa a ser adotada no combate ao trabalho infantil, Emília Fernandes citou o programa "Vale-Cidadania", iniciado em Mato Grosso do Sul. Ela disse que, contudo, para ter êxito a iniciativa precisaria contar com a participação de prefeituras, de entidades sociais e das empresas.

Salientando que a questão do trabalho de crianças e adolescentes está sendo amplamente debatida, a senadora informou que no Rio Grande do Sul foi criada a comissão estadual pela erradicação do trabalho infantil. Relatório dessa comissão esclarece que, já em 1993, dados do IBGE mostravam mais de 500 mil menores trabalhando.

Emília destacou ainda que o governo federal, por meio do "Grupo Executivo de Repressão ao Trabalho Forçado" (Gertraf), "vem atuando na apuração de denúncias de trabalho escravo e especialmente em relação à exploração da mão-de-obra infantil".

## Mauro aponta deficiências e acertos no setor de transportes

O sucesso do arrendamento da Via Dutra, trecho da BR-116 entre Rio de Janeiro e São Paulo, lança novas esperanças sobre o futuro do transporte rodoviário do País, afirmou ontem o senador Mauro Miranda (PMDB-GO). Entretanto, disse ele, "ainda existe muito por fazer num país onde a infra-estrutura do setor representa um investimento global de 200 bilhões de dólares".

Mauro Miranda observou que "se houve esforço para implantar essa portentosa rede de infraestrutura intermodal", envolvendo portos, ferrovias e rodovias, "pouco ou quase nenhum esforço tem sido feito na última década para conservá-la, e nós, os congressistas que participamos da Constituinte, temos a nossa culpa. Afinal, permitimos que fosse retirado da Carta Magna o fundo constitucional que garantia recursos permanentes e automáticos para a ampliação e conservação do sistema de transportes".

Conforme o senador, o Centro-Oeste foi a fronteira agrícola que mais cresceu nos últimos 15 anos, e em decorrência desse crescimento "a região é também a que mais sentiu os efeitos negati-



Mauro Miranda

vos da queda de eficiência de portos, rodovias e ferrovias".

- O que aconteceu de bom para nós, do estado de Goiás, nesse período, foi a inauguração do porto de São Simão, terminal goiano da hidrovía Tietê-Paraná, por onde é escoada boa parte da produção estadual de grãos - acentuou.

Referindo-se ao porto de Santos, que, conforme observou, ainda é a grande opção para as exportações do Centro-Oeste, o senador disse que "ainda prevalecem alguns vícios históricos para emperrar a eficiência do maior terminal portuário da América Latina". Ele comentou matéria sobre o porto santista publicada pela revista *Exame*, para salientar que a reportagem "deve servir de reflexão para as autoridades do Ministério dos Transportes e da Receita Federal".

O senador Odacir Soares (PFL-RO) informou ontem que, em mais uma rodada de entendimentos com o presidente do Iba-



Odacir

ma, Eduardo Martins, no Ministério do Meio Ambiente, foram confirmadas as alterações que serão introduzidas na Medida Provisória 1.511/96, que regulamenta o corte raso nas propriedades rurais da Amazônia.

Essa MP foi reeditada pela terceira vez no último dia 18, sem qualquer modificação, mas, segundo Odacir Soares, que preside a Comissão Especial do Desmatamento, isso não afeta o curso normal dos entendimentos que ele vem mantendo com o presidente do Ibama para alterá-la.

O senador foi informado de que, assim que se concluir o acordo sobre os detalhes das alterações a serem realizadas, a MP deverá ser imediatamente reeditada, sem precisar aguardar os 30 dias de esgotamento do prazo legal para que isso aconteça. Ele explicou que, no mérito, as alterações foram praticamente definidas, aguardando-se agora a redação do texto jurídico, que antes de publicado será revisto pelas autoridades do governo.

Odacir Soares disse que, na reedição, a MP contemplará as realidades locais, distinguindo os diferentes estados amazônicos. E mais: os pequenos proprietários rurais, desde que localizados em áreas da Amazônia já identificadas por zoneamento econômico e ecológico, casos de Rondônia e Mato Grosso, terão tratamento diferenciado.

# Ademir é contra uso da força para retirar garimpeiro

Senador comunicou ontem sua posição ao ministro do Exército, general Zenildo Lucena, e pediu respeito ao relatório de comissão criada pelo Legislativo para esclarecer o impasse

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) informou que, acompanhado do deputado Giovani Queiroz e do líder garimpeiro José Altino, esteve ontem com o ministro do Exército, general Zenildo Lucena, a quem ponderou sobre a inconveniência de o governo utilizar as Forças Armadas e a Polícia Federal para desalojar os garimpeiros que ocupam área de Serra Pelada reivindicada pela Companhia Vale do Rio Doce.

Ele disse ter feito ao ministro as mesmas ponderações encaminhadas via fax ao governador do Pará, Almir Gabriel, e ao ministro da Justiça, Néelson Jobim. Na opinião de Ademir Andrade, o propósito de expulsão desses garimpeiros não é "professado" por Almir Gabriel, mas pelo presidente Fernando Henrique, que deseja privatizar essa estatal "limpa de garimpeiros".

- Pelo que sei, o governador Almir Gabriel tem resistido a essa expulsão. E eu estou tentando convencer o governador a resistir com mais força ainda contra essa idéia, e não permitir que se execute uma injustiça desse tamanho contra trabalhadores que estão ali há tanto tempo e que ali jogaram todas as suas esperanças - acentuou.

Ao narrar sua audiência com o ministro do Exército, Ademir Andrade disse que Zenildo Lucena não recebeu o documento produzido por uma comissão de deputados e senadores que, este ano, visitou Serra Pelada, a fim de conhecer o conflito lá instalado em razão da ocupação de área reivindicada pela



Ademir Andrade

Vale do Rio Doce.

- Essa comissão enviou um documento ao presidente da República, pedindo-lhe que colocasse as Forças Armadas para fazer a demarcação da área. Entregamos esse documento ao secretário particular da Presidência, Eduardo Jorge, e agora ficamos sabendo que este fato não chegou ao conhecimento do ministro Zenildo Lucena. Quer dizer, o secretário recebeu uma solicitação do Senado e da Câmara, ficou de dar uma resposta, não nos enviou resposta alguma e sequer deu conhecimento do documento ao ministro do Exército.

No fax enviado ao ministro da Justiça, Ademir Andrade disse ter argumentado sobre a necessidade de "moderação na decisão dessa questão, visto que o Pará, que já vive conflitos tão graves, não tem por que comprar mais essa briga". Em aparte, o senador Ernandes Amorim (PMDB-RO) alertou que as autoridades federais deveriam respeitar o relatório de uma comissão criada no Legislativo para esclarecer o que se passa na área ocupada pelos garimpeiros em Serra Pelada.

## Suplicy ganha simpatia de FHC para renda mínima

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) comunicou ontem ao plenário ter acompanhado o professor Philippe Van Parijs, fundador da Rede Européia da

Renda Básica e autor de inúmeras obras sobre esse assunto, a uma audiência com o presidente Fernando Henrique Cardoso, quando este, segundo o parlamentar, mais uma vez manifestou-se simpático ao seu projeto que institui uma renda mínima para os brasileiros sem condições de sobrevivência.

Participaram da audiência também o presidente do Ipea, Fernando Resende, o ministro do Trabalho, Pau-

lo Paiva, e o porta-voz do governo, Sérgio Amaral, num diálogo que, conforme Suplicy, durou 40 minutos e foi bastante esclarecedor sobre a necessidade que tem

o Brasil de adotar mecanismos que garantam a sobrevivência dos cidadãos de renda negativa.

- Philippe Van Parijs argumentou em favor da renda básica explicando o que é uma sociedade livre e como é possível alcançar a justiça social investindo em capital humano. Tenho a certeza de que este diálogo contribuirá para que, em breve, seja universalizado o direito de todos os brasileiros carentes a uma renda mínima - disse Suplicy.



Eduardo Suplicy

## Serviço informativo 24 horas do Senado Federal

**D**esenvolvido especialmente para dar suporte às emissoras de rádio e assessorias de comunicação, o Serviço 24 Horas do Senado funciona integrado ao sistema de discagem direta gratuita da Telebrás.

Ao ligar para 0800 (61) 4455, você encontra a seguinte programação:

- das 9h às 11h, a Agenda Senado - um resumo diário de todas as atividades legislativas programadas;
- das 11h às 14h30, a edição Amazônia do informativo Senado em Linha Direta;
- das 14h30 às 18h, a edição Nordeste do informativo Senado em Linha Direta, e
- das 18h às 9h do dia seguinte, a edição Nacional do informativo Senado em Linha Direta.

# Corrupção está em queda no País, comemora Carlos Patrocínio

*Redução do percentual de contas rejeitadas pelo TCU anima senador a afirmar que homens públicos ganham mais confiança*

A redução do número de casos de sonegação e de corrupção no País foi destacada pelo senador Carlos Patrocínio (PFL-TO), para quem o fato resulta de uma mudança extremamente positiva de mentalidade na administração pública.

- A fonte dessa boa notícia é o Tribunal de Contas da União. Segundo o presidente do TCU, Marcos Vileça, o número de administradores condenados a ressarcir recursos aos cofres públicos caiu, em 1995, de 1.480 para 661. Ocorreu também uma significativa redução do percentual de contas rejeitadas no primeiro trimestre deste ano, em relação a 1995 - comemorou o senador.

Depois de afirmar que "finalmente os homens públicos



Carlos Patrocínio

deste País deixarão de ser olhados como se todos fossem responsáveis pela excessiva ambição de alguns", ele lamentou, entretanto, que menos de 1% do dinheiro comprovadamente desviado retorne aos cofres públicos, e disse ser necessário que os políticos se unam no combate

à corrupção e ao desvio de verbas que ainda se verificam no País.

Patrocínio advertiu para as restrições que poderão ser impostas ao Brasil pelos organismos financeiros internacionais, caso a administração pública não seja realmente saneada.

- Em entrevista recente, o presidente do Banco Mundial alertou que a corrupção se apropria de um terço da ajuda concedida ao terceiro mundo e que, se encontradas evidências de sua existência em um país onde a instituição desenvolva projetos, estes serão cancelados. Cumpre-nos, como cidadãos e como políticos, exterminar a corrupção, antes que esse saneamento se faça por meio das restrições desses organismos - disse.



Jefferson Peres

## Jefferson propõe maior rigor em concurso público

O senador Jefferson Peres (PSDB-AM) encaminhou à tramitação projeto que altera o Regime Jurídico Único dos Servidores Cíveis da União (RJU), determinando que todo concurso público seja realizado por entidade estranha ao órgão da administração pública cujos cargos serão preenchidos por meio dessa forma de seleção. A proposição estabelece que o descumprimento da lei implicará a anulação do concurso, "que muitas vezes é promovido e organizado pelo próprio órgão interessado", conforme salientou em sua justificativa.

Jefferson argumenta que a Constituição de 1988 instituiu a obrigatoriedade do concurso público para o provimento de cargos no serviço público, sem, no entanto, definir um processo transparente "que pareça respeitável para a sociedade". Segundo o senador, "essa respeitabilidade do processo de seleção de servidores é essencial para que se reforce a autoridade da Administração, requisito de sua eficiência".

Com a aprovação do projeto, conforme o senador, o concurso público ganhará "consistência e efetividade, aperfeiçoando assim o funcionamento do aparelho do Estado".

## História do Senado vai ser mostrada aos visitantes

A partir de janeiro próximo, as pessoas que visitarem o prédio do Senado poderão conhecer melhor a participação da instituição nos momentos mais importantes da vida política nacional. Projeto desenvolvido pela Diretoria Geral prevê a instalação de expositores com fotos, gravuras e documentos sobre a atuação do Senado em episódios como a abolição da escravatura, a agregação do estado do Acre ao Brasil, a criação da Petrobrás e o impeachment do ex-presidente Fernando Collor de Mello.

Os expositores, que terão caráter permanente, serão instalados desde a saída do plenário até a frente do auditório Petrônio Portela, área de maior trânsito do Senado. Eles apresentarão ainda

a atuação dos senadores que mais se destacaram na história do País, como Rui Barbosa e Duque de Caxias.

Segundo o diretor-geral, Agaciel Maia, para garantir o acesso do maior número possível de pessoas a essas informações, as visitas ao Senado serão permitidas também durante os finais de semana. A fim de tornar mais agradável esse passeio, o restaurante dos senadores ficará aberto aos sábados e domingos.

A definição do que será afixado nos expositores e a separação de todo o material estão a cargo de uma comissão composta de representantes da Diretoria Geral, de dois profissionais do Arquivo Nacional e da museóloga Laís Scoupto.

### REFORMA

A instalação dos expositores

é uma das fases do projeto que pretende resgatar o arquivo do Senado. Uma outra é a reforma física do Arquivo, com o estabelecimento de condições de climatização e organização interna e a adoção de um mecanismo mais eficaz de consulta dos documentos, com o auxílio da informática. Essa segunda fase deverá estar concluída em 90 dias.

Uma terceira etapa do projeto prevê a terceirização do armazenamento do material que não é utilizado, como os arquivos administrativos desde 1960:

- São toneladas de papel com poucas consultas. Teríamos que construir um edifício para guardar tudo - afirmou Agaciel, informando que a terceirização desse serviço já é feita por alguns tribunais.

# Suassuna defende refinanciamento da dívida

*“Não adianta estar a União forte se os estados estão fracos”, argumenta o senador, que defende a aprovação do projeto de Humberto Lucena sobre a rolagem dos débitos*



Beni Veras

## Beni alerta que Dnocs precisa de reforma para viver

Ou se faz uma reforma profunda no Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs) ou ele morrerá. O alerta foi feito ontem pelo senador Beni Veras (PSDB-CE), que em 1991 presidiu uma comissão mista do Congresso para a modernização do órgão.

Depois de lembrar ter a comissão concluído que o Dnocs é de extrema importância para a irrigação no Nordeste e recomendado sua urgente reestruturação, inclusive reduzindo o número de funcionários, Beni Veras lamentou que nada disso tenha sido feito. “Seus problemas se intensificaram. Na área de recursos humanos, houve um agravamento da escassez de quadros profissionais competentes, pois persistiram o envelhecimento do quadro funcional e a perda de profissionais seniors sem reposição”, acrescentou.

O senador sugeriu que, na reestruturação do Dnocs, haja mudanças institucionais, para que o departamento se torne responsável pelas grandes obras e sistemas estruturais, enquanto os governos estaduais fariam a administração dos sistemas locais, como perímetros de irrigação ou sistemas de abastecimento de água.

Será muito difícil afastar a ameaça de extinção, alertou o senador, caso as lideranças políticas que dão sustentação ao órgão não forem capazes de formular a reforma de que ele necessita.

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) defendeu ontem a aprovação de projeto de autoria do senador Humberto Lucena (PMDB-PB) que trata do refinanciamento da dívida dos estados e dos municípios. O senador disse que

“não adianta estar a União forte se os estados estão fracos”. Suassuna, que é relator da proposição, já deu parecer favorável à matéria, que aguarda votação na Comissão de Assuntos Econômicos.

Ele também sugeriu a criação, no Senado, de uma comissão para estudar um acerto de contas dessa dívida, de modo a torná-la real e passível de pagamento. Com isso, segundo o senador, se evitaria pos-



Ney Suassuna

sível calote ou moratória, que Suassuna não considera uma solução para o problema.

Na opinião do senador, “a cultura do calote, segundo a qual dívida pública não se pagava”, aliada aos juros altos, levou os estados à falência. Suassuna disse que muitas unidades da Federação estão gastando além do que recebem, citando o caso de São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, “que têm recorrido a empréstimos para efetuar seus pagamentos”.

- Falsas soluções são rápidas, mas logo implicarão questão muito mais grave, pois não se dando, aqui, solução adequada, corajosa e real, ninguém

discordará da previsão de que, muito em breve, estará em xeque todo o programa de estabilização econômico-financeira do atual governo, desnecessário sendo especular sobre um futuro não remoto, que se tornará por demais sombrio - alertou.

O senador destacou vários editoriais de jornais pedindo solução do problema. Em aparte, o senador Ernandes Amorim (PMDB-RO) afirmou que o empreguismo e a corrupção levaram os estados à falência. Também intervindo, o senador Gilvam Borges (PMDB-AP) disse que essas dívidas têm quebrado os estados e sugeriu que o governo federal as assumira. Em contrapartida, Gilvam defendeu que os estados sejam obrigados a aplicar os respectivos recursos nas áreas de educação e de saúde.

## Waldeck prega redução das desigualdades regionais

O senador Waldeck Ornelas (PFL-BA) defendeu ontem a implementação de uma política de desenvolvimento que reduza as diferenças sociais e econômicas entre as regiões brasileiras.

Ele apresentou ao plenário as conclusões do seminário *Novo Século, Novo Nordeste*, realizado em Salvador, nos dias 17 e 18 deste mês, no qual foi ressaltada a necessidade de reconhecimento das potencialidades econômicas do Nordeste.

- O Nordeste rejeita, radicalmente, todas as formas de clientelismo, assistencialismo, ou engodo, como padrão para as relações entre a União e os estados - relatou o senador. - Num mundo de acirrada com-



Waldeck

petição, somente os países e as regiões competitivas sobreviverão e prosperarão. O papel da política regional será contribuir para materializar essas oportunidades, num mundo globalizado.

Waldeck destacou que, para que a região seja incluída na política de desenvolvimento nacional, é necessário um Estado reformado. “Necessitamos de um Estado mais ativo no suprimento de infra-estrutura, no fomento à educação básica e na capacitação de mão-de-obra, na pesquisa tecnológica e no estímulo à adoção, pelas empresas, de técnicas produtivas mais avançadas. Tudo isso, preferencialmente, em parceria com o setor privado”, defendeu o senador.

## Flaviano quer posição sobre placa de carros oficiais

O senador Flaviano Melo (PMDB-AC) quer saber qual deve ser a placa do carro oficial utilizado pelos senadores - se a placa deve ser branca ou escura, de bronze, com as iniciais SF e o número do veículo. Ele apresentou ontem seu questionamento por causa de matéria publicada pelo jornal *Folha de S. Paulo*, que informou do pedido de alguns senadores para que só usem placa branca, como todo carro oficial do governo.

Flaviano disse que o carro oficial que usa já veio com placa branca, não partindo de seu gabinete pedido para que a de bronze fosse substituída. O senador Levy Dias (PPB-MS), na presidência dos trabalhos, informou que iria encaminhar o questionamento de Flaviano Melo ao setor competente do Senado para que se pronuncie sobre o assunto.

# Júlio Campos propõe câmara setorial para incentivar turismo

*Oferecer elementos concretos para a formulação de uma política consistente para o desenvolvimento do setor é objetivo da entidade*

O senador Júlio Campos (PFL-MT) apresentou projeto de lei que cria uma Câmara Setorial de Turismo, órgão que deverá funcionar como "uma espécie de fórum com o propósito de oferecer elementos concretos para a formulação de uma política consistente para o desenvolvimento do turismo nacional".

Conforme o projeto, essa câmara setorial no âmbito do Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo deverá levar em conta a democratização do acesso ao turismo nacional e o incremento do fluxo do turismo interno, pela



Júlio Campos

ampliação de oferta junto ao mercado internacional, sobretudo no âmbito do Mercosul.

A Câmara Setorial de Turismo caberá também estimular as micro, pequenas e médias

empresas do setor; a ampliação e a diversificação dos equipamentos e serviços turísticos; e a valorização de programas de capacitação profissional, entre outros aspectos, prevê a proposição.

Segundo Júlio Campos, dados do Departamento de Política Federal, utilizados pela Embratur para a elaboração do *Anuário Estatístico 1994-1995*, mostram que, entre os anos de 1990 e 1994, entraram no Brasil cerca de 7 milhões de turistas, correspondendo a uma média anual em torno de 1,4 milhão de pessoas e a um incremento de 55,85%, no período.

# Romeu Tuma homenageia Jozef Fêher

O senador

Romeu Tuma (PSL-SP) homenageou a memória do cardiologista Jozef Fêher, afirmando

Romeu Tuma

que o trabalho desenvolvido por esse médico de origem tcheca foi responsável por grande parte do renome alcançado pelo Hospital Israelita Albert Einstein, "um dos melhores da América do Sul", há 25 anos em funcionamento.

Dr. Fêher destacou-se em todos os campos em que atuou, pois a sua estatura ética, cultural e humanística ombreava com sua formação médica. Estar próximo a ele era sinônimo de prazer e oportunidade para se aprender algo novo. Durante sua gestão, como presidente executivo, o Hospital Albert Einstein deu um impressionante salto tecnológico - ressaltou.

Tuma acrescentou que Jozef Fêher, que faleceu em maio deste ano, interessava-se por tudo e por todos dentro do hospital. Para demonstrar o empenho do médico em favor do bem-estar das pessoas, o senador lembrou que, quando perguntado sobre a amortização de um novo investimento, o ex-presidente do Albert Einstein respondia: "Se esse equipamento ajudar uma única pessoa, o investimento já estará muito bem amortizado".

# FHC inaugura amanhã trecho de rodovia em Minas, informa Francelino

O senador Francelino Pereira (PFL-MG) comunicou ontem que será inaugurado amanhã (dia 24), na cidade mineira de Salinas, com a presença do presidente Fernando Henrique Cardoso, um trecho de 59 quilômetros da rodovia Júlio Ramos (BR-251), que liga várias cidades de Minas Gerais à Rio-Bahia (BR-116).

A interligação do norte de Minas às demais regiões do estado e ao restante do

País constitui importante fator para a recuperação econômica dos municípios mineiros da área da Sudeste (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste), que têm enfrentado severa crise climática, com redução da colheita - assinalou.

Conforme Francelino Perei-



Francelino

ra, esse trecho também encurtará o percurso rodoviário entre o porto de Ilhéus, na Bahia, e Cuiabá, passando por Brasília. Ele informou que a obra, realizada pelo governo mineiro com recursos da União, custou R\$ 55 milhões e "atravessa uma região altamente acidentada, que necessitou de técnica sofisticada para que recebesse padrão de rodovia federal".

AS SESSÕES DE ONTEM DO SENADO FEDERAL FORAM PRESIDIDAS PELOS SENADORES JOSÉ SARNEY, JÚLIO CAMPOS, ERNANDES AMORIM, GILVAM BORGES, LÚDIO COELHO, ANTONIO CARLOS VALADARES, LEVY DIAS, JOSÉ FOGAÇA, VALMIR CAMPELO e PELA SENADORA EMÍLIA FERNANDES

## MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ 1º Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho  
2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ 1º Secretário: Odacir Soares  
2º Secretário: Renan Calheiros ■ 3º Secretário: Levy Dias  
4º Secretário: Ernandes Amorim ■ Suplentes de Secretário: Antonio Carlos Valadares ■ Eduardo Suplicy ■ Emília Fernandes ■ Ney Suassuna  
■ Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia ■ Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

## Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal  
Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita  
Diretor da Subsecretaria de Divulgação - Helival Rios ■ Coordenador de Jornalismo - Flávio de Mattos ■ Chefe do Serviço de Imprensa - José do Carmo Andrade  
■ Editores - Djálba Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso  
Diagramação - Sérgio Silva e Osmar Miranda ■ Fotos - Célio Azevedo, Mária Kalume e Adão Nascimento ■ Revisão: Fernando Varela e Lindolfo Amaral  
■ Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal